

Arquitetura românica e território. Legibilidades de uma *paisagem*

Maria Leonor Botelho*

RESUMO: Para a compreensão da arquitetura que a época românica nos legou é por de mais significativo o estudo da sua relação com a *paisagem*, entendida na sua aceção mais alargada de *território*. Embora durante muito tempo a historiografia sobre a matéria tendesse a afirmar a paisagem envolvente dos edifícios, caracterizando-a de uma forma geral no seu bucolismo ou num pretenso carácter rural, a verdade é que desde os trabalhos desenvolvidos por Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) se tem antes tentado analisar essa mesma paisagem entendida enquanto território. Inaugura-se assim um novo período historiográfico que a partir das múltiplas significações e relações imateriais lê a materialidade da arquitetura românica.

PALAVRAS-CHAVE: historiografia - arquitetura românica – território - paisagem

ABSTRACT: In order to understand the architecture left to us by the Romanesque period, it is of the utmost significance to study its relationship with the landscape, or in its wider sense, territory. Whilst for a long time the historiography on the subject tended to assert the surrounding landscape of buildings, characterising it overall in its bucolic or in a so-called rural character, the fact remains that ever since the work of Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996), there is an attempt to analyse this same landscape more from a *territory* point of view. Henceforth begins a new historiographical period which, from its multiple meanings and intangible relations, attempts to look at the materiality of Romanesque architecture.

KEYWORDS: historiography - Romanesque architecture - territory - landscape

Território VS Paisagem

Para a compreensão da arquitetura que a época românica nos legou é por de mais significativo o estudo da sua relação com a *paisagem*, entendida na sua aceção mais alargada de *território*. De facto, referindo-se a noção de *paisagem* a uma porção de *território* que se abrange num lance de olhos, a sua utilização no âmbito da compreensão da arquitetura desta época torna-se bastante mais restrita que o próprio conceito de *território*, este relativo a uma grande extensão de terra.

* DCTP-FLUP/ CEPESE

1. Românico e paisagem ou o românico na paisagem

A funda relação entre o românico e o território é um tema constantemente tocado na historiografia da matéria. Durante muito tempo a historiografia sobre a questão tendeu a afirmar a paisagem envolvente dos edifícios, caracterizando-a de uma forma geral no seu bucolismo e através da exaltação dos seus valores paisagísticos e rurais, acentuando assim a sua impressão anímica e o seu encanto¹.

Neste sentido, não podemos esquecer da tónica posta por Manuel de Aguiar Barreiros (1874-1976) na «singular harmonia com o repousado ambiente que circunda as igrejas e capelas espalhadas, desde Viana a Lindoso, pela extensa e linda ribeira», que descreve pormenorizadamente². Todavia, o facto da obra, que o Cónego da Sé de Braga deu ao prelo em 1926 incluir uma *Carta-Roteiro da Ribeira Lima* testemunha de forma subtil uma vontade (talvez ainda não tão consciente quanto isso) de entendimento da arquitetura românica no território que a acolhe, condicionada que foi pela sua geografia, orografia e hidrografia e testemunhando como o próprio território começa a ser, paulatinamente entendido como agente. Julgamos estar diante do primeiro exemplo de mapeamento feito para o estudo/compreensão do românico português ou, de forma mais precisa, de um conjunto de edifícios que são tidos como familiares e, por isso, condensadores das características (mínimas) reputadas por fundamentais para constituírem aquilo que a historiografia tendeu a designar como região, dialeto, família...

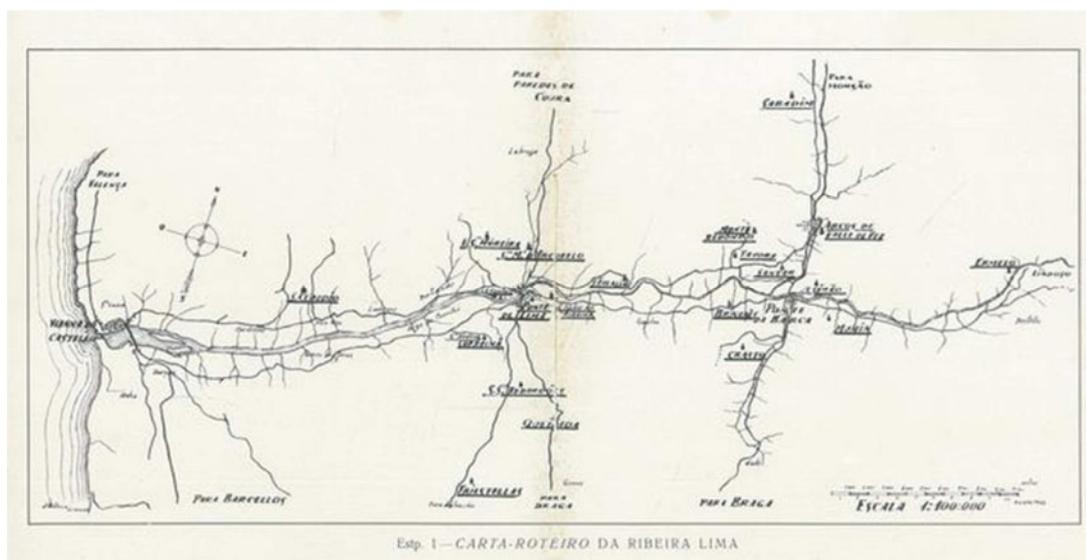


Fig. 1 - Carta Roteiro da Ribeira Lima segundo Padre Manuel Aguiar Barreiros (1926).

¹ BOTELHO, 2013: 433-456.

² BARREIROS, 1926: 11.

A descrição da paisagem que envolve a igreja caminhense de São Pedro de Varais, feita pelo mesmo autor, é mais uma prova, eloquente, desta leitura apologética dos valores paisagísticos e rurais que, de certa forma, procuram criar no leitor uma impressão anímica e provocar-lhe alguma espécie de emoção³:

«A meia encosta, num vale que dois montes escarpados, em projecção a poente da Serra d'Arga, abrangem, num retirado escalão que se alonga em húmida rechã, ao qual uma rústica e ampla calçada de esborceladas lájeas, à guisa de evocativa estrada romana, dá desempecido acesso, demora a capela românica de S. Pedro de Varais».

A mesma tónica é dada por Pedro Vitorino (1882-1944) nos artigos que, na revista *Ilustração Moderna* (1926-1932) consagrou às igrejas de Paço de Sousa⁴ (Penafiel) e de Águas Santas⁵ (Maia). É por demais descritiva a inserção que o médico portuense faz desta última igreja no povoado, apesar do seu isolamento no adro, donde «alastra o seu empolado dorso de granito». Romeiro das velhas coisas de arte», Aarão de Lacerda (1890-1947) sente um entusiasmo especial «quando as cerca um ambiente que com elas comungue e se identifique em conjunção scénica»⁶.

A par destas inequívocas provas historiográficas, não podem ser esquecidos os importantes testemunhos iconográficos que José Marques Abreu Marques Abreu (1879-1958) expôs no Ateneu Comercial do Porto em Janeiro de 1914⁷, fruto de 15 anos de trabalho laborioso, onde a tónica da inserção do românico, numa paisagem idealmente rural, é bem acentuada, colocando assim à disposição de todos uma «apreciação synthetica dos caracteres essenciaes dos monumentos romanicos mais notaveis do Norte e Centro do Paiz»⁸.

«A exposição de photographias é abundantissima em admiraveis provas, não só dos monumentos, mas das paisagens que os cercam, e ainda dos costumes, trages e occupaões rusticas, que se desenrolam nas provincias do Norte»⁹.

³ BARREIROS, 1950: 9.

⁴ VITORINO, 1927b: 282.

⁵ VITORINO, 1927a: 353.

⁶ LACERDA, 1917: 221.

⁷ VASCONCELOS, 1918.

⁸ VASCONCELOS, 1918: 2.

⁹ Cfr. S.A. (1914): s.p.

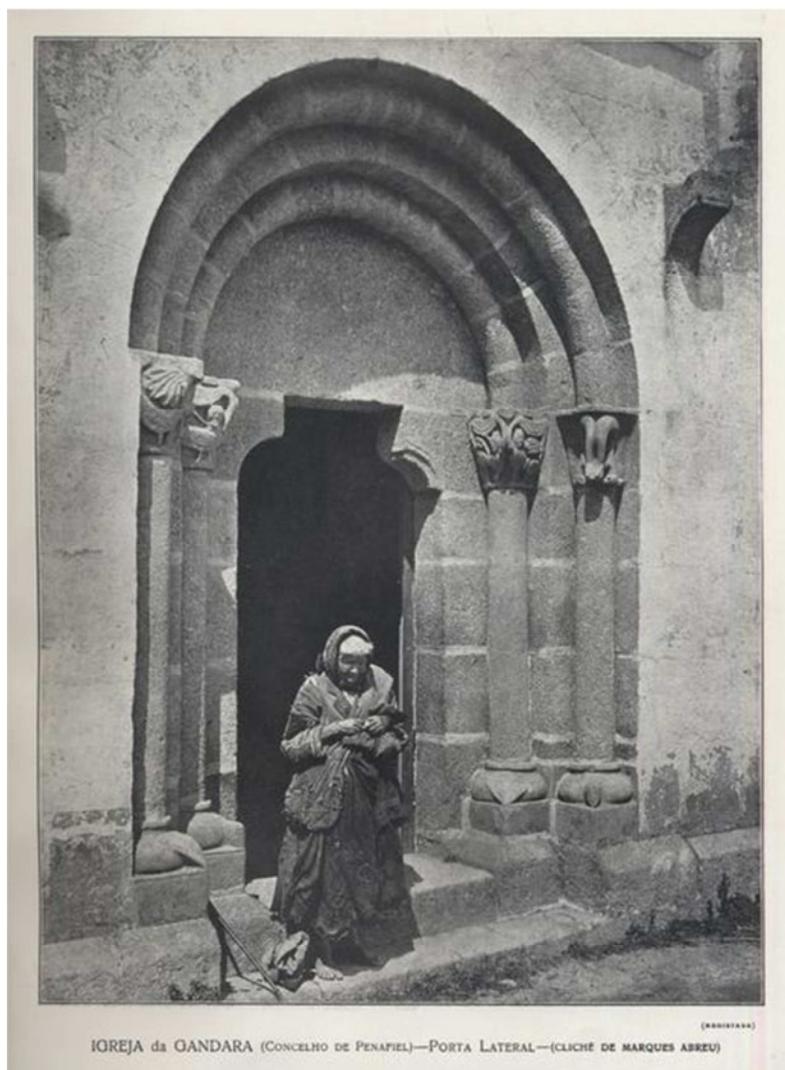


Fig. 2 - Igreja de Gândara (Penafiel), Porta lateral. Cliché de Marques Abreu (1918, estampa 47).

Foram estas as palavras usadas para descrever este acontecimento n'*O Comércio do Porto* e vão bem de encontro à acentuação da ruralidade que Marques Abreu pretendeu dar às igrejas românicas fotografadas, quer através da sua inserção na paisagem rural envolvente, quer através da associação das mesmas a personagens do mundo rural que, como que por acaso, foram captadas pela lente do fotógrafo. A imprensa periódica da época esclarece-nos bem sobre este aspeto quando afirma que a exposição dos «125 clichés de igrejas e tumulos românicos, será embelezada com fotografias de paisagens e costumes de algumas das mais lindas regiões do paiz»¹⁰. Assim, as fotografias de paisagens e costumes¹¹ que acompanham as dos monumentos românicos e seus pormenores, tiveram como fim «demonstrar a profunda harmonia

¹⁰ S.A. (1913b): s.p.

¹¹ Recorde-se que este género de fotografia, de carácter etnográfico e antropológico, foi muito querida a Marques Abreu. Cfr. RIBEIRO, 1924.

dos monumentos com a naturêsa que os cerca»¹². Apelando à sua erudição, Marques de Abreu foi pois buscar os exemplares que testemunham um ambiente telúrico e rural. E esta apologia do seu carácter rural vai acentuar afinal a ruralidade que esteve, e que está ainda, presa à nossa arquitetura românica, ao conceito que dela se tem, mas também à sua imagem e memória.



Fig. 3 - Luz Matutina. Cliché e simili-gravura e Marques Abreu (s.d.)

Esta exposição de 1914 foi a primeira do género em Portugal, proporcionando um estudo comparado dos caracteres comuns a um só estilo, sem demonstrar qualquer preocupação em criar uma compartimentação regional nos testemunhos ilustrados (no

¹² S.A. (1913a): s.p.

interior da grande região de Entre-Douro-e-Minho) e dados a conhecer por este meio a um público mais alargado neste caso através da «apreciação feita em face dos próprios monumentos reproduzidos»¹³. Além deste carácter pioneiro, associa-se o conhecimento dos edifícios num estado tendencialmente diferente daquele que apresentam hoje. Na noite de 4 de Janeiro, coube a Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) o discurso inaugural da exposição, no qual traçou uma panorâmica da nossa arte românica, relacionando arquitetura, arqueologia e arte popular. A referência antropológica é uma constante no seu pensamento, surgindo aqui de uma forma integrada. Ao longo da obra deste autor, é muito significativa a procura na arquitetura românica dos elementos originários de uma arte popular, logo nacionais, em contraposição direta a uma desvalorização do manuelino, por não o considerar um estilo autónomo, mas sim uma desorganização «do systema gothico»¹⁴.

Assim sendo, Joaquim de Vasconcelos cedo valorizou a «feição propria, regional» que os pequenos exemplares de arquitetura da época românica conservam, a par dos «aspectos muito arcaicos» patentes na sua ornamentação¹⁵. E são estes templos rurais, «as pequenas igrejas de remotas e recônditas freguesias» os mais antigos exemplares da nossa arte românica¹⁶. É muito significativa esta valorização que Vasconcelos faz das igrejas românicas inseridas na paisagem rural em detrimento dos grandes edifícios, como as Sés de Coimbra ou do Porto¹⁷. Tal facto deve-se à acentuação da ruralidade do nosso românico, enquanto símbolo das origens lusas e da nossa nacionalidade. Aliás, para Joaquim de Vasconcelos o românico é, também por isso, o mais nacional dos estilos artísticos, aliás, *o nosso primeiro brazão artístico*¹⁸. Esta ruralidade é acentuada da seguinte forma:

«...o encanto da sua architectura está nas suas qualidades intrinsecas, na concordancia esthetica com o ambiente, na admirável harmonia em que a morada divina se casa com a habitação humana dentro da encantadora paisagem minhota, á sombra de costumes, festas e alfaias que debalde procurareis em outra região de Portugal»¹⁹.

¹³ As fotografias expostas foram escolhidas pelo próprio jovem fotógrafo, mas este *não terá sido propriamente o único responsável pela selecção dos monumentos fotografados*. GUSMÃO, Artur Nobre – “Nota Introdutória” In VASCONCELOS, 1992: V-VI.

¹⁴ VASCONCELOS, 1885.

¹⁵ VASCONCELOS, 1885: 4.

¹⁶ Cfr. “Carta de J.V. para M. Monteiro, datada de 5 de Junho de 908” In GONÇALVES, 1976: 13.

¹⁷ Para Joaquim de Vasconcelos, «antes que se concluíssem esses grandes templos (...) estavam as provincias cobertas de pequenas igrejas e capellas, de execução perfeita, e original muitas vezes. Essas foram as escolas profissionaes para a construção architectonica». Cfr.

GONÇALVES, 1976: 13-14.

¹⁸ VASCONCELOS, 1918: 11.

¹⁹ VASCONCELOS, 1918: 11-12.



Fig. 4 - Igreja de São Romão de Arões (Fafe). Aspeto geral. Cliché de Marques Abreu (1918, estampa 128).

Deste modo, o conceito de ruralidade passa a estar intimamente associado ao românico português, embora deva ressaltar-se, desde já, que se trata de um conceito contemporâneo, uma etiqueta justaposta numa evidente contraposição do mundo rural face à urbanidade que se afirmou entre nós de forma muito peculiar a partir de finais do século XIX/inícios do século XX. Mas a verdade, e como facilmente se depreende do acima exposto, esta legibilidade telúrica e anímica da paisagem vê a arquitetura românica enquanto personagem integrante de um território, talvez mesmo um seu agente.

2. O românico no território ou “o território e o românico”

O estudo do território ganhou contornos muito particulares e únicos em Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1934-1996) e nele identificamos a influência do ensinamento dos geógrafos Alberto Sampaio (1841-1908) e Orlando Ribeiro (1911-1997). A obra do primeiro apresenta uma unidade que lhe é conferida pelo quadro geográfico: o noroeste de Portugal²⁰. A sua contemporaneidade e a Idade Média mereceram uma atenção especial de Alberto Sampaio, embora tenha dedicado algumas páginas à Pré-História, a Época Romana e a Época Moderna. Na obra que consagrou às

²⁰ SAMPAIO, 1979: XI.

Vilas do Norte de Portugal, este autor estudou o regime rural, desde a Pré-História ao século XIII, no espaço geográfico limitado entre os rios Minho e Vouga, apesar de ter estendido as suas considerações até ao Mondego²¹, casando assim o papel de geógrafo com o de historiador.

Considerado o maior geógrafo português do século XX, Orlando Ribeiro teve um papel decisivo na consolidação da Geografia como área disciplinar autónoma e na afirmação da sua importância operativa. O estudo do território, na vertente atlântica e mediterrânica²², revelou-se fundador pelo casamento do contexto geográfico com o cultural, nas mais variadas vertentes. Só assim foi possível que Orlando Ribeiro tivesse uma percepção clara dos contrastes existentes entre o Norte e o Sul do País, naquilo a que denominou como *civilização do granito* e *civilização do barro*²³. Constituindo as formas, os sítios e as paisagens o campo de trabalho do geógrafo, Orlando Ribeiro conferiu uma especial atenção à forma como estas definem uma civilização, enquanto produto do espírito²⁴.

Assim, para Carlos Alberto Ferreira de Almeida, o território, na sua utilização e representações, e em última análise enquanto agente, é um tema extraordinariamente rico porque ele está omnipresente, de múltiplas formas, em todas as estruturas do quotidiano e do sazonal, tanto na vida particular como na pública²⁵. A antropologia do território, ou seja, o estudo das ínfimas manifestações culturais que lhe estão associadas, é fundamental no pensamento deste autor. É nesta outra *legibilidade* dada à arquitetura românica, devedora do agente territorial nas suas múltiplas formas de manifestação – antropológica, orográfica, geográfica, hídrica, económica, demográfica, religiosa, etc. – que encontramos o maior contributo de Ferreira de Almeida para a compreensão da arquitetura românica em Portugal. Se em 1929 Reinaldo dos Santos (1880-1970) afirmou que a «Historiografia da Arte em Portugal pode dividir-se em dois períodos – um antes do Sr. Joaquim de Vasconcelos, e outro, que êle iniciou, integrando-a na evolução dos estudos históricos e filosóficos»²⁶, ousamos dizer agora que a historiografia do românico deve ser repartida num período *pré-Ferreira de Almeida* e *pós-Ferreira de Almeida*.

Foi, pois, com a lição de Ferreira de Almeida que se começaram a valorizar os aspetos geográficos e históricos do território. Através de uma profunda aproximação antropológica, o que em muito enriqueceu a historiografia contemporânea sobre o românico português e influiu no nosso entendimento sobre esta temática, este autor

²¹ SAMPAIO, 1979: XII.

²² RIBEIRO, 1963.

²³ RIBEIRO, 1961.

²⁴ RIBEIRO, 1961: 10.

²⁵ ALMEIDA, 1986: 113.

²⁶ Cfr. SANTOS, 1929: 282.

compreendeu bem a fundura histórica e antrópica das raízes da arquitetura desta época, na sua relação com o território.

Tanto em Portugal, como em toda a Europa, esta arquitetura manteve sempre uma profunda ligação com o território que a abriga e com o qual se envolve. Podemos quase dizer que há uma relação recíproca entre o edifício românico e o meio ou território que o acolhe, justificando a sua implantação, tendo em conta os mais variados fatores. Ao mesmo tempo, o edifício condiciona as vivências do espaço que o hospeda, porque catalisador da vida das populações que dele se servem, ampliando assim a sua força centrípeta. À divisão territorial está subjacente um sentimento específico de pertença a um lugar, com o qual a população da época românica interage aos mais diversos níveis.

A construção de um edifício românico (ou de um qualquer edifício) tem, a montante, um conjunto de condicionantes que explicam a sua implantação. A proximidade de um rio, a orografia do território, o acesso a vias de comunicação, a densidade populacional (e o dinamismo das populações que nele habitam), a preponderância de uma dada linhagem (cujo poder tem uma forte irradiação quer ao nível local, quer ao nível regional) e as potencialidades agrícolas do território, são fatores que condicionaram a construção de qualquer edifício na época românica. Assim, estes aspectos vão regular a sua dimensão física e, simultaneamente, a simplicidade ou complexidade das suas soluções construtivas e iconográficas, porque a edificação se implanta num determinado local e dá resposta às necessidades de uma dada comunidade.

Se ao longo da história da arquitetura, o território tem de ser entendido enquanto agente, nas suas mais amplas vertentes - antropológica, orográfica, geográfica, hídrica, económica, demográfica, religiosa, etc. -, esta ideia torna-se ainda mais evidente para o estudo/compreensão/legibilidade da arquitetura da época românica. De facto, é o casamento de todas estas condicionantes que vai ditar a dimensão e a forma das diversas tipologias de testemunhos arquitetónicos edificados durante a época românica, que vão povoando a paisagem e um território em formação, dotado de especificidades únicas.

Um dos temas historiográficos que o pensamento de Ferreira de Almeida também veio transformar de forma significativa, nesta sua aproximação antropológica e, em última análise, multidisciplinar ao território, foi precisamente o da tendência de se conotar a arquitetura românica como sendo fruto da nacionalidade. O carácter tendencialmente maciço das igrejas que a época românica edificou em granito levou a historiografia que a ela se consagrou inicialmente a associar-lhe um papel efetivo e *ativo* em termos de defesa territorial. A designação de “igreja-fortaleza” é por demais referida na nossa bibliografia dedicada ao românico, particularmente na da primeira

metade do século XX. O facto de muitas igrejas aparecerem ameaçadas e de surgirem algumas torres com carácter militar associadas a monumentos de carácter religioso (embora estas sejam na sua maior parte da época gótica), como a do mosteiro de Travanca (Amarante), são justificações suficientes para que muitos autores defendam a existência de uma tipologia tipicamente portuguesa e que acusa um notório carácter militar, embora este seja mais retórico do que propriamente militar. Na Idade Média a torre era entendida como símbolo de segurança e, na ausência de castelos a igreja era a melhor fortaleza²⁷.

Românico e *Reconquista* são dois fenómenos que andam ligados ao nível do tratamento que a bibliografia que se dedica a esta matéria lhes tem vindo a dar²⁸. Todavia, o “casamento” entre românico e reconquista decorre antes de uma vontade historiográfica. Concordamos com Ferreira de Almeida quando este afirma que o românico é, antes, mais inseparável da reorganização social e económica do Norte e Centro do país, que se vai operando desde meados do reinado de D. Afonso Henriques (1143-1185) até D. Dinis²⁹ (1279-1325). Na verdade, a geografia do românico português é mais ou menos concordante com a geografia da reorganização do território, não se registando uma «coincidência geográfica, nem sequer cronológica, entre “românico e reconquista”»³⁰. De facto, a introdução do estilo coincide com a reconquista do Sul e, sobretudo, com a afirmação aguerrida da independência de Portugal e este clima de guerra e instinto de defesa marcaram, profundamente, a arquitetura de então, na solidez e espessura dos muros, na presença de merlões, caminhos de ronda, torres, aberturas estreitas, etc.³¹

A escolha do lugar para edificação de uma igreja (ou mesmo de uma estrutura funerária, habitacional ou militar) respondeu na época românica às possibilidades e às potencialidades que o território imediato oferecia. Estas refletem-se de forma evidente na própria estrutura, na dimensão, na ornamentação, enfim, no carácter dos testemunhos remanescentes. Devemos, pois, às suas múltiplas significações e relações imateriais a própria materialidade da arquitetura, sem esquecer que esta não ficou imune à evolução cronológica refletida na afirmação, nas transformações ou, em último caso, no abandono destas estruturas ao longo dos tempos. Claro que poucas foram as igrejas românicas que chegaram aos nossos dias tal como foram concebidas. Quer porque demonstrassem um certo estado de degradação, quer por simples vontade/necessidade de atualização de gosto ou da liturgia, a verdade é que a maioria sofreu profundas alterações ao longo dos séculos, na sua estrutura e na sua

²⁷ ALMEIDA, 1971: 69.

²⁸ BOTELHO, 2013.

²⁹ ALMEIDA, 1971: 68-69.

³⁰ ALMEIDA, 1971: 68, nota 13.

³¹ ALMEIDA, 1971: 69.

ornamentação. A transformação da arquitetura é uma realidade que tem de ser entendida de forma contextualizada e integrada.

3. Do(s) território(s) do românico. Macro e microescalas

É, pois, nesta relação primeira com a paisagem/território que o património arquitetónico românico tem de ser lido e entendido e, posteriormente, questionado, salvaguardado e dinamizado. Já tem sido por demais debatido o carácter peculiar da arquitetura românica portuguesa, tendo em conta vários aspetos, e que a distinguem no contexto europeu de então. Mas qual o lugar do românico português na macroescala europeia?

Um autor irlandês, Taghd O’Keeffe, levanta uma série de questões pertinentes³². Tendo presente a ideia de diversidade dentro da unidade tão associada pela historiografia tradicional e internacional a este momento artístico da História da Arte Ocidental, este autor questiona profundamente se quando se compara o românico de várias regiões da Europa se está a falar do mesmo estilo artístico³³. Atentemos, agora, sobre a definição tradicional do conceito de *estilo*.

«Estilo. 2. Em sentido mais geral: maneira de se exprimir particular a um artista ou a uma época; o estilo Greco, o estilo românico, etc. O mesmo que *maniera* no sentido usado por Vasari»³⁴.

O facto deste conceito se centrar sobre diversos parâmetros de comparação ou semelhança acaba por acentuar a abstratização que por vezes lhe está tão intimamente subjacente. É por esta razão, e tendo em conta o carácter redutor de tal conceito, que somos da opinião de que, em vez de falarmos de *estilo* românico, devemos antes considerar a noção mais abrangente de *época românica* na medida em que esta está mais concordante com a heterogeneidade e a variabilidade que caracteriza este momento da Idade Média, aos mais diversos níveis.

Quando falamos em arquitetura românica, importa ter presente que os edifícios não constituem apenas um conjunto de elementos que, coordenados entre si, lhe conferem uma dada forma que se denominou de *construção românica*. Estes são também, e muito, o resultado de combinações conceptuais³⁵, mas também de conjunturas históricas, económicas, políticas, sociais e religiosas específicas, enfim, são o resultado da ação humana. O estilo não é algo que a obra de arte e a arquitetura possuem em si, mas é antes uma qualidade ativa que se materializa na forma como se relacionam com os domínios social, político³⁶ e, acrescentaríamos, territorial.

³² O’KEEFFE, 2007: 51.

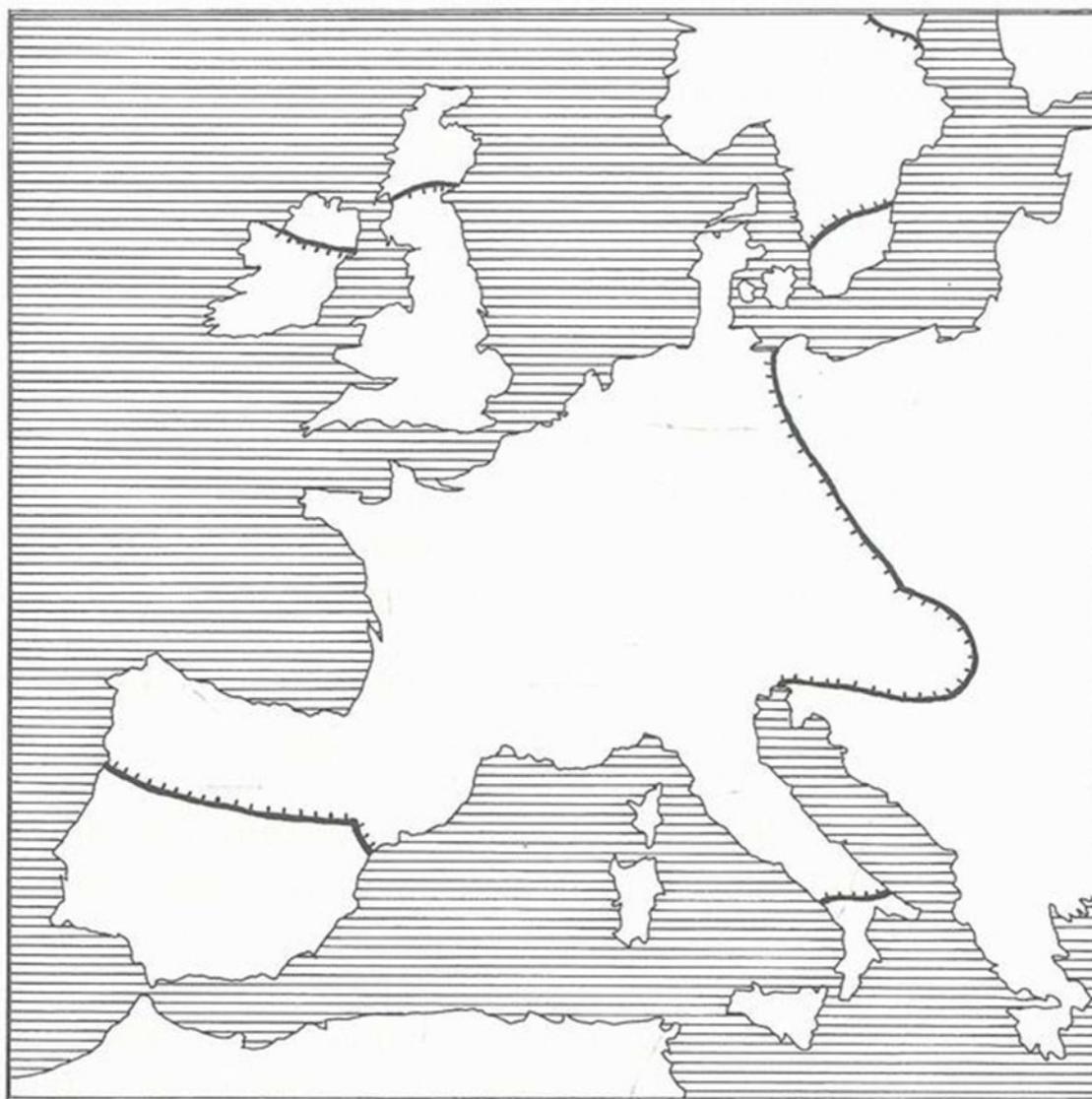
³³ O’KEEFFE, 2007: 52.

³⁴ “Estilo” In SILVA & CALADO. 2005: 155.

³⁵ O’KEEFFE, 2007: 61.

³⁶ O’KEEFFE, 2007: 98.

Sente-se hoje a necessidade de que a história da arquitetura se assuma cada vez mais como história dos significados e não como história das formas³⁷. Para Taghd O’Keeffe, a criação de grupos regionais reunidos sob o título de *românico*, resulta de estabilizações de diferentes tecnologias dominantes e, por extensão, de diferentes significados dominantes. Se a ideia de *estilo românico* atenta exclusivamente sobre os elementos que a historiografia especializada na matéria considera como os mais culturalmente significantes, a abstratização da arquitetura que dela deriva reflete aquilo que atualmente valorizamos e que certamente seria bem diferente daquilo que os construtores medievais em torno do século XII valorizavam³⁸.



³⁷ O’KEEFFE, 2007: 103.

³⁸ O’KEEFFE, 2007: 62.

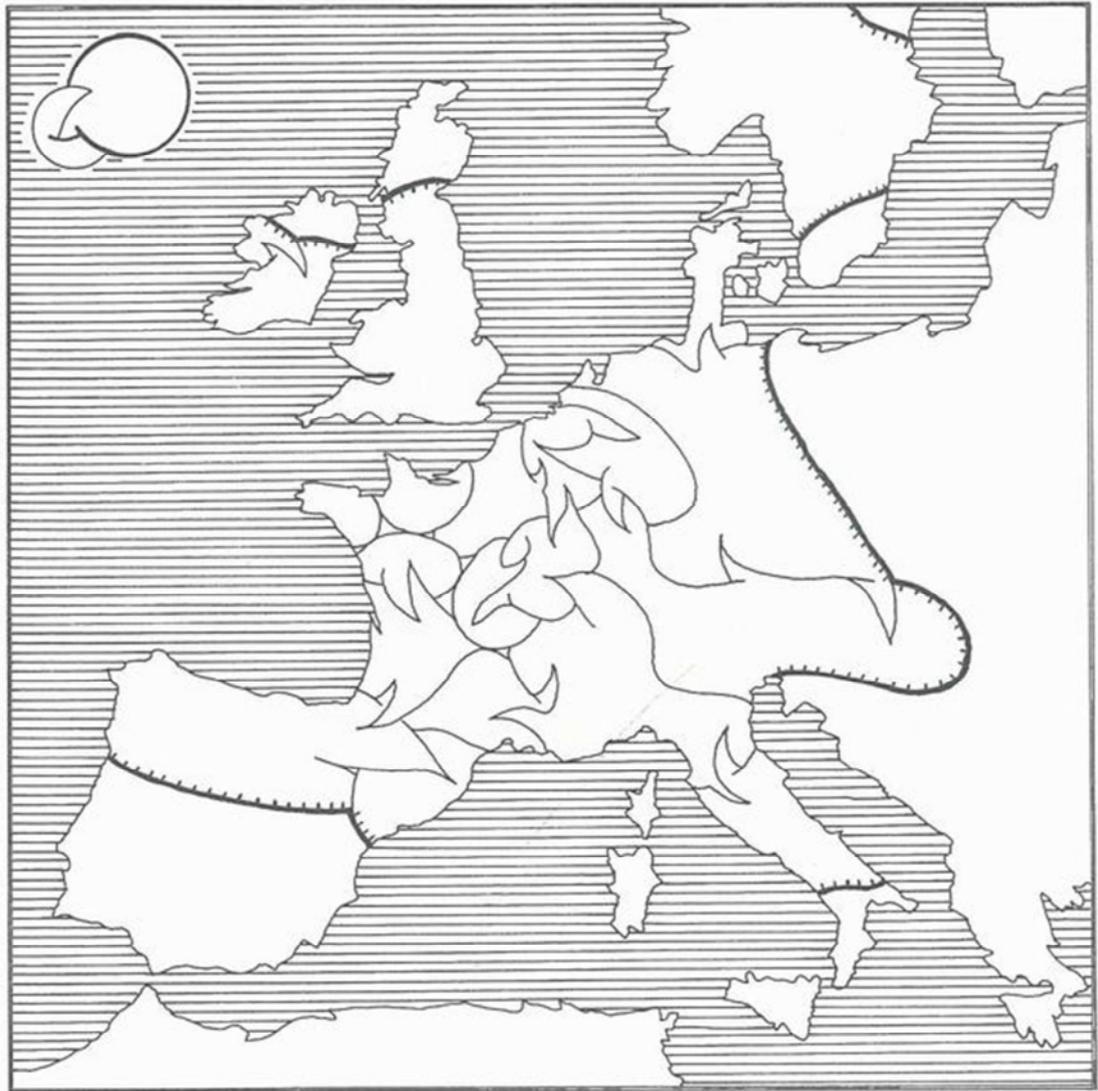


Fig. 5 - Dois mapas da Europa românica, segundo Tadhg O'Keefe: perspectiva que sustenta a ideia de um estilo único e perspectiva que sugere uma multiplicidade de estilos.

É neste contexto que devemos entender o seu debate em torno da pretensa unidade europeia, que permitiria o desenvolvimento de um entendimento comum da arte e da arquitetura, e do questionamento da validade da ideia de *estilo românico* enquanto *construção* legítima para unificar um fenómeno artístico e arquitetónico bastante heterogéneo³⁹, no tempo e no espaço. Recorrendo à metáfora da *black box*, O'Keefe recorda-nos a estabilidade do conteúdo relativo ao românico, quer ao nível da ideia de *romanitas*, que já se encontrava bem assimilada na Idade Média plena, quer ao nível da própria categoria estilística na medida em que, desde o século XIX, o conceito

³⁹ O'KEEFFE, 2007: 45-72.

de *estilo românico* foi colocado na *black box* (como se toda a arte dos séculos XI e XII tivesse, sempre e em toda a Europa, as mesmas características formais)⁴⁰.

Como se vê, apesar da sua importância operativa, a denominação com que se identifica um qualquer momento da História da Arte interfere na ideia que se tem desse mesmo estilo. Concordamos com a proposta inovadora de Taghd O'Keeffe quando este afirma a dificuldade em considerar como pertencentes a um mesmo estilo, etiquetado como *românico*, testemunhos tão díspares geograficamente. Os conceitos operativos de *macro* e *microescala* são, pois, fundamentais para enquadrar a arquitetura da época românica portuguesa.

Na verdade, estamos diante de um *modus aedificandi* que encontra parentescos identificáveis em vários *centros* da Europa românica, apesar do carácter mais tardio com que esta arquitetura se afirma entre nós. Assim, vemos Portugal a assumir um lugar de direito na *macroescala* europeia. Todavia, tendo em conta a nossa situação de *periferia*, comparativamente aos grandes *centros* criadores europeus, este momento da história da arquitetura vai definir entre nós aspetos de originalidade muito específicos.

Daí que sejamos da opinião de que a arquitetura da época românica portuguesa deva ser entendida no seu todo, ao modo de grande região europeia e na sua *microescala* local. É neste contexto que devem ser atentadas as várias influências de origem francesa e ibérica que chegaram até nós (e independentemente dos debates que em torno delas se possa ter gerado), filtradas, é certo, mas que acabaram por se adaptar a uma realidade muito específica e que é, precisamente, a nossa. Nesta nossa pequena geografia, afirmaram-se alguns centros (porque recetores mais ou menos diretos dessas mesmas influências) que criaram em torno de si várias regiões periféricas e que acabaram por partilhar as diversas ascendências que iam recebendo. Apesar de considerarmos Portugal como uma região na *macroescala* europeia do românico, não devemos esquecer de que no nosso território, na sua *microescala*, são identificados vários dialetos e que atestam diferentes adaptações das influências estrangeiras.

Mas as pré-existências que teimavam em persistir, o ambiente de organização territorial em que se vivia, o material com que foram edificados a maior parte dos testemunhos românicos, a orografia do território, a dimensão dos vários tipos de comunidades, entre muitos outros aspetos, influíram profundamente no modo como essas influências forâneas se adaptaram à realidade portuguesa, assumindo-se assim como um original campo experimental. E, na conjugação íntima de todos estes aspetos reside precisamente o carácter original do românico português, que deve ser entendido na sua diferença e peculiaridade. E voltamos, novamente, a sublinhar a profunda relação que a arquitetura românica tem com o território que a abriga e com o qual se

⁴⁰ O'KEEFFE, 2007: 71.

envolve, com o tempo que a edificou, com a sociedade que a usufruiu, com a cultura que representa...

Considerações Finais

Partindo assim de um entendimento da paisagem que acolhe a arquitetura românica portuguesa, a historiografia da especialidade evoluiu no sentido da sua leitura integrada no território, valorizando as suas múltiplas relações e a forma como estas se refletem na sua materialidade. Devemos este contributo concetual a Carlos Alberto Ferreira de Almeida, autor cuja produção científica teve a antropologia do território como uma das principais linhas de análise, marcando assim definitivamente a historiografia do românico pela compreensão da fundura histórica e antrópica das raízes da arquitetura desta época, na sua relação com um território em estruturação. Sabendo que a materialidade a própria arquitetura românica reflete múltiplas significações e relações imateriais, questionamos por fim qual o lugar da arquitetura portuguesa edificada durante a época românica na macroescala europeia. Tendo em conta a nossa situação de *periferia*, comparativamente aos grandes *centros* criadores europeus, este momento da história da arquitetura vai definir entre nós aspetos de originalidade muito específicos que têm de ser entendidos na sua globalidade, ao modo de grande região europeia e na sua *microescala* local.

Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1986) – *A Paróquia e o seu Território*. In CARVALHO, Abílio Lima de, *dir.* - «Cadernos do Noroeste. Sociedade, Espaço, Cultura». Braga: Universidade do Minho.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1971) - *Primeiras Impressões sobre a Architectura Românica Portuguesa*. «Revista da Faculdade de Letras - Série História», vol. II, p. 65-116.
- BARREIROS, P.^e Manuel de Aguiar Barreiros (1926) – *Egrejas e Capelas Romanicas de Ribeira Lima*. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu.
- BARREIROS, Cónego Manuel de Aguiar (1950) – *S. Pedro de Varais. Uma Capela Românica do Concelho de Caminha*. Porto: Marques Abreu, Editor.
- BOTELHO, Maria Leonor (2013) - *A Historiografia da Architectura da Época Românica em Portugal (1870-2010)*. Textos Universitários de Ciências Sociais e Humanas. Lisboa: FCG e FCT.
- GONÇALVES, António Nogueira (1976) – *Joaquim de Vasconcelos e o opúsculo “São Pedro de Rates”*. Coimbra: Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras de Coimbra.

- LACERDA, Aarão de (1917) – *O Templo das Siglas (A Igreja da Ermida do Paiva)*. «Terra Portuguesa. Revista Ilustrada de Arqueologia Artística e Etnografia», volume III, Anno 2º, N^{os} 21 a 23. Lisboa: S. Pessanha, p. 220-223.
- O'KEEFFE, Tadhg (2007) – *Archaeology and Pan-European Romanesque*. Duckworth Debates in Archaeology. London: Duckworth Publishers.
- RIBEIRO, João Augusto, *pref.*; ABREU, José Marques *fotografia* (1924) – *Vida Rústica*. Porto: Marques Abreu.
- RIBEIRO, Orlando (1961) - *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*. Espaço e Sociedade. Lisboa: Livros Horizonte.
- RIBEIRO, Orlando (1963) – *Portugal. O Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas*. 2ª Edição, revista e actualizada. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- S.A. (1914) - *Arquitectura Românica. Conferencia e exposição no Atheneu Commercial*. «O Comércio do Porto», 6 de Janeiro.
- S.A. (1913a) - *Arte Romanica*. «A Província», 26 de Dezembro.
- S.A. (1913b) - *Arte Românica. A proxima exposição Marques Abreu*. «O Primeiro de Janeiro». Porto, 19 de Dezembro.
- SAMPAIO, Alberto (1979) – *Estudos Económicos. I Volume. As Vilas do Norte de Portugal*. Documenta Historica. Lisboa: Estúdios Veja.
- SANTOS, Reinaldo dos (1929) – *Joaquim de Vasconcelos*. «Ilustração Moderna». Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 4º Ano, nº30, p. 282-283.
- SILVA, Jorge Henrique Pais da; CALADO, Margarida (2005) – *Dicionário de Termos de Arte e Arquitectura*. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1992) – *A Arte Românica em Portugal*. Com reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu e Nota Introdutória de Artur Nobre de Gusmão. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1918) – *A Arte Românica em Portugal*. Texto de Joaquim de Vasconcellos com reproduções seleccionadas e executadas por Marques Abreu. Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu.
- VASCONCELOS, Joaquim de (1885) – *Da Architectura Manuelina. Conferência realisada na Exposição districtal de Coimbra*. História da Arte em Portugal (Sexto Estudo). Coimbra: Imprensa da Universidade.
- VITORINO, Pedro (1927a) – *A Igreja de Águas Santas*. «Ilustração Moderna». Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 2º Ano, nº15, vol. I, p. 349-359.
- VITORINO, Pedro (1927b) – *A Igreja de Paço de Sousa*. «Ilustração Moderna». Porto: Edições Ilustradas Marques Abreu, 2º Ano, nº12, vol. I, p. 281-287.